

# **CRIANÇA ESPERANÇA: A IDEOLOGIA DO SOLIDARISMO SOCIAL<sup>1</sup>**

**Nayad Pereira Abonizio**

Especialização em Ensino de Sociologia – Centro de Ciências Humanas  
Universidade Estadual de Londrina

[nayad\\_abonizio@hotmail.com](mailto:nayad_abonizio@hotmail.com)

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Santos

## **Introdução**

Apresenta-se, neste artigo, elementos de pesquisa ainda em curso cujo objetivo é investigar o que se encobre na emissão da Rede Globo de Televisão, denominado Programa Criança Esperança (PCE). O intuito da investigação proposta é extrair, seja do Programa em si, seja através de material contido em seu site, um conjunto de práticas discursivas que operam enquanto possível instrumento ideológico, que reforça estruturas de dominação ao mesmo tempo em que serve ao capital para que este mantenha seus mecanismos de produção e reprodução social.

Na origem da nossa investigação verificou-se que parte dos artigos consultados e publicados que tratam desta temática, analisam o PCE apenas como uma manifestação do que se convencionou chamar por Terceiro Setor, desvinculando o PCE de qualquer iniciativa que contribui para reforçar as estruturas de dominação propostas pela sociabilidade capitalista. Por isso se faz necessária uma discussão aprofundada do referido objeto, de modo a perceber como o Programa é carregado de ideologia, ao mesmo tempo em que esta se apresenta estruturada, de modo a ser capaz de criar o espírito solidário nos indivíduos. Neste intuito de buscar a harmonia social, oculta a existência das classes sociais e as possibilidades de qualquer tentativa de embate entre elas.

Com base no exposto, a hipótese central que aqui desenvolvemos reconhece que a iniciativa do PCE enfraquece as tentativas de transformação da estrutura social baseada no capitalismo, uma vez que, faz com que os indivíduos percebam a necessidade de mudanças, sem, contudo estabelecer uma leitura que desvende os

---

<sup>1</sup>Trabalho orientado pelo Prof. Dr. Ariovaldo de Oliveira Santos (Professor Associado C do Depto de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina).

verdadeiros nexos da vida social e os reais caminhos para a supressão da miséria que supostamente pretende combater e eliminar. Pelo contrário, o que passa a ser absorvido por amplos estratos da sociedade é a necessidade de se fortificar os laços de solidariedade e deste modo tentar promover a harmonia social. Assim, o terreno no qual se move o PCE não é, efetivamente, o da crítica social e sim o do reformismo social, dentro de um espírito religioso sem religião.

### **Procedimentos Metodológicos**

Para dar conta do objetivo proposto por este estudo a investigação tem sido acompanhada pelo levantamento bibliográfico, procurando materiais que contribuam no sentido de melhor problematizar a leitura de mundo proposta pelo PCE, cuja perspectiva consiste em legitimar os esforços se propõem à amenização das desigualdades sociais. Para isto nos apropriamos de autores clássicos e contemporâneos que fornecem elementos para o estabelecimento da devida crítica a estas propostas. Além disso, consultamos periódicos com a finalidade de auxiliar nos campos abrangidos pelo PCE no levantamento de dados que demonstrem o investimento do Estado no período desde 1980 aos dias atuais, contrariando o que é exposto à sociedade, pelo PCE, de que o Estado já não desempenha um papel decisivo.

Este percurso é fundamental para que busquemos apreender o objeto em sua essência. Para que se chegue a essência do objeto, é necessário apreender a “coisa em si”, que é o objeto tal como ele é, não como ele se apresenta, a nível imediato, para o conjunto da sociedade. Isto exige pensar o objeto para além do fenomênico, sem desconsiderar, contudo, que esta dimensão é parte integrante do complexo do objeto e, ao mesmo tempo, momento constitutivo e constituinte de outros complexos. Seguimos, pois, aqui, caminho alertado por Kosik (2002), quando afirma:

Portanto, a realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob o aspecto de um objeto que compre intuir, analisar e compreender teoricamente, cujo pólo oposto e complementar seja justamente o abstrato sujeito cognoscente, que existe fora do mundo; apresenta-se como o campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade. No trato prático-utilitário com as coisas – em que a realidade se revela como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer a estas – o indivíduo 'em situação' cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade. (KOSIK, 2002, p. 13).

Embora o caráter do PCE se apresente como algo positivo por tentar sanar a situação de miséria que a lógica capitalista impõe a parte da sociedade, a iniciativa, que tem na mídia um de seus pontos de sustentação e divulgação, não pode ser analisada sem considerar que ela faz parte da órbita dos interesses do capital, e por isso, traz consigo uma determinada forma de ideologia que, aparentemente neutra, do ponto de vista social, efetiva, na prática, uma falsa leitura da realidade. A pseudoconcreticidade é o mundo da aparência, sua destruição é a superação da aparência. A realidade, ou seja, aquilo que existe, se manifesta em um primeiro momento nos seus traços mais gerais, que é a aparência. Com a investigação se desvenda o que a realidade realmente é. Chega-se à essência.

O fenômeno não é radicalmente diferente da essência, a essência não é uma realidade pertencente a uma ordem diversa da do fenômeno. Se assim fosse efetivamente, o fenômeno não se ligaria à essência através de uma relação íntima, não poderia manifestá-la e ao mesmo tempo escondê-la; a sua relação seria reciprocamente externa e indiferente. Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível. No mundo da pseudoconcreticidade o aspecto fenomênico da coisa, em que a coisa se manifesta e se esconde, é considerado como a essência mesma, e a diferença entre o fenômeno e a essência *desaparece*. (...) A realidade é a unidade do fenômeno e da essência. Por isso a essência pode ser tão irreal quanto o fenômeno, e o fenômeno tanto quanto a essência, *no caso em que* se apresenta isolados e, em tal isolamento, seja considerados como a única ou 'autêntica' realidade. (KOSIK, 2002, p. 16).

É preciso pesquisar o objeto amarrando a esta análise as várias dimensões que o cercam, e apenas deste modo será possível refletir sobre o PCE como um dos possíveis instrumentos ideológicos, mantenedores da estrutura social vigente. Tarefa cuja realização se torna possível:

(...) recorrendo compulsoriamente à abstração, avança do empírico (os “fatos”), apreende as suas relações com outros conjuntos empíricos, pesquisa a sua gênese histórica e o seu desenvolvimento interno – e reconstrói, no plano do pensamento todo esse processo. (NETTO, 1987, p. 75.).

**Contribuições esperadas:**

Os resultados esperados com o desenvolvimento deste trabalho é demonstrar como o PCE é um instrumento ideológico que auxilia na manutenção da ordem capitalista. Por que, ainda que este projeto atue com a perspectiva de atender a individualidades pertencentes à classe dos não proprietários dos meios de produção, genericamente identificados como “os excluídos”, apresentando-se, pois, como tentativa de ajudar a classe desprovida de bens materiais, é preciso demonstrar como o discurso e às práticas que está por detrás destas ações imediatas cria obstáculos à construção de um projeto de sociedade que supere o modo de produção capitalista. Uma vez que, a ação deste projeto em nenhum momento se reporta à possibilidade de transformação social efetiva, ficando em suas dimensões mais genéricas, isto é, melhorias nas condições de vida para agrupamentos específicos atendidos pelo PCE. O que é reiterado é a necessidade de desenvolvimento de um espírito de justiça e solidariedade, onde todos os indivíduos se mobilizem na busca de uma sociedade menos desigual. A ideia de que a sociedade capitalista pode ser reformada a ponto de que toda a sociedade se beneficie é uma leitura fetichizada, que o PCE ajuda a difundir, e isto se dá pelo fato de que a própria lógica interna do capitalismo requer a existência de contradições sociais para sua permanência.

Espera-se que este trabalho auxilie aos que de alguma forma estão inseridos em projetos, ONGs e também aos profissionais da educação, a pensar sobre o discurso que está por detrás das inúmeras iniciativas que consideram a participação da sociedade civil e a busca de uma sociedade mais harmoniosa. E assim, além do espírito positivo destas ações, se abarcadas não como meio para mistificar o real e sim como iniciativa que, contemplando a totalidade do social em seu movimento contraditório (dimensão impossível nestas iniciativas midiáticas) possa impulsioná-lo a outros patamares desfetichizados de sociabilidade de caráter, estabeleça a discussão sobre a falta de um projeto que supere os moldes nos quais a sociedade capitalista está assentada. Uma vez que, agir no imediato, ainda que tenha sua importância, não rompe com as contradições inerentes a ordem vigente, embora no imediato, espaço tempo no qual se dá a continuidade, sejam traçados os caminhos para a construção de um outro projeto de humanidade.

## **O Programa Criança Esperança**

Criado em 1986, o PCE desenvolve ações cuja finalidade anunciada é a de se constituir em caminho para melhorar as condições de vida das crianças e dos adolescentes brasileiros. Os encaminhamentos do PCE são caracterizados por chamar a atenção dos telespectadores para um problema social específico, sem buscar identificar suas raízes reais ou agentes causadores dos inúmeros problemas sociais. Desse modo, capital e capitalistas desaparecem, assim como as relações sociais de exploração existentes.

Ao tratar os problemas sociais desvinculados de sua causa efetiva, o PCE trabalha embasado em uma leitura mistificada da realidade. Isto é percebido no próprio discurso do programa, que enfatiza que seus 20 anos de trabalho já trouxeram melhorias e pretendem dar continuidade a essas ações. Ou seja, ao negarem a existência de um vínculo direto entre as contradições sociais e o modo de produção capitalista, agem conforme o que há de mais superficial na realidade.

Assim, para que se possa compreender o caráter do PCE, se faz necessário buscar uma análise de totalidade, ou seja, procurar apreender o PCE em seu entrelaçamento com o conjunto da sociedade capitalista, enquanto totalidade em movimento. Vinculado a uma determinada processualidade social. Neste sentido, buscamos fazer de nossa análise uma investigação pautada na dialética<sup>2</sup>. Através da análise dialética é possível compreender todas as mediações que estruturam o PCE, vendo-o como fruto de um processo histórico que alimenta às bases materiais que arquitetam a sociedade capitalista. Ainda de acordo com nossa hipótese de trabalho, o fortalecimento deste tipo de projeto não ocorreu por acaso, e sim pela existência de determinações sociais que proporcionaram e continuam a alimentar esta prática.

Trata-se, pois, de assumir caminho diverso do adotado por Gomes (2007), em um dos poucos estudos sistemáticos sobre o programa Criança Esperança. Gomes, em sua tese de doutorado analisa a mediação dos social através do Criança Esperança, porém sua pesquisa consiste em considerar o programa ou a mídia como um sistema, sem considerar devidamente a complexidade da realidade social. Acreditamos que

<sup>2</sup>“A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a 'coisa em si' e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade. (...) O pensamento que quer conhecer adequadamente, que não se contenta com os esquemas abstratos da própria realidade, nem com suas simples e também abstratas representações, tem de destruir a *aparente* independência do mundo dos contatos imediatos de cada dia. O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real (...).” (KOSIK, 2002, p. 20).

a realidade pode ser apreendida ontologicamente, isto é, todas as ações são e podem ser desvendadas em sua conexão interna, e o PCE não escapa a esta determinação. Ao não partir deste princípio, Gomes dissolve a relação de classes existente na sociedade capitalista, pois para ela a divisão consiste na simplificação que divide “o mundo entre dominantes e dominados”. (GOMES, 2007, p. 16).

No lugar da análise crítica, o que se apresenta em Gomes (2007) é uma leitura do problema na qual organizações não estatais, associações de bairro e voluntários de diferentes áreas são chamados a propor medidas que atenuem a disparidade existente na sociedade brasileira. O vínculo desta iniciativa com a UNESCO acentua este caráter de parcerias entre o setor público, a iniciativa privada e a sociedade civil, uma vez que é a própria Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura que seleciona os projetos que receberão a verba arrecadada com o PCE.

Gomes (2007) diz que a atuação das mídias tem redesenhado a realidade, e, por isso, tem dado origem a novos modos de sociabilidade. Essas novas formas de sociabilidade destacadas contam com a ascensão do Terceiro Setor. Contudo, esta afirmação é um equívoco se considerada que as relações de sociabilidade que estruturam o PCE, é a capitalista. A relação capital e trabalho permanece.

Certamente, neste processo, a mídia televisiva desempenha um papel importante, destacado por Gomes:

É aqui que a televisão, mas especificamente a versão em canal aberto da Globo, entra, atuando na disputa por um lugar de destaque nesse quadro de mobilizações. Quase sempre identificada com funções de entretenimento, o sistema televisivo se propõe a agir em um território tradicionalmente reservado ao sistema social político – em especial aquele representado pelo poder público – bem como com outros sistemas da sociedade. Ela anuncia contribuir de maneira efetiva com a resolução dos problemas sociais abordados, como se fora uma mobilizadora de primeira ordem dessas questões. (GOMES, 2007, p. 19).

Entretanto, o meio televisivo não pode ser apreendido isoladamente como se fosse um espaço próprio e autônomo, a exemplo do que praticamente faz Gomes (2007). Se a partir da passagem anteriormente citada tem-se o entendimento de que a Rede Globo não quer disputar espaço com o poder público, uma vez que, discursa que o poder público já não tem capacidade para resolver os problemas sociais. Para tanto, a ajuda de toda a sociedade é determinante para que seja alcançado a harmonia social.

## **Sociedade Civil: Marx e o PCE**

É preciso especificar a perspectiva adotada pelo PCE e também pela UNESCO quanto à especificidade do conceito de sociedade civil. Inversamente ao discutido por Marx para quem a sociedade civil está na base da sociedade de classes, o PCE se apropria deste termo, mas fornecendo-lhe uma nova conotação, mais identificada ao uso que lhe é dado por autores como Habermas, Tocqueville entre outros. Por este caminho destaca que a ação da sociedade civil baseia-se na organização dos indivíduos na defesa de seus interesses privados. Como os indivíduos não se identificam como pertencentes a uma classe social, não conseguem visualizar a divisão imposta pelo capital. Portanto, eles não compreendem que uma possível organização em classes seja capaz de transformar a realidade. O resultado é que cada um age conforme seus interesses privados. Contrário a Marx, onde por haver diferentes interesses de classe a possibilidade do conflito é latente, a inversão no uso do conceito de sociedade civil transforma a vida social em espaço de diálogo e entendimento e a própria sociedade civil em complemento do Estado e do mercado. Neste caso, a sociedade civil deve “tecer uma ‘rede de solidariedade’ que seja capaz de proteger os mais pobres” (PINHEIRO, p.86). Para tanto, é proposta a participação cidadã em organizações diversas, a fim de

ampliar o poder popular dos oprimidos e explorados, (e assim) conter as insatisfações destes e pulverizar a participação e lutas sociais, retirando o caráter transformador e classista destas e transformando-as em atividades defensoras dos interesses específicos de pequenos grupos (...) trata-se em última instância de um projeto conservador. (PINHEIRO, p. 96).

Evidencia-se, pois, a necessária análise do discurso proclamado e de prática contida no PCE que por detrás das ações desenvolvidas por estas instituições mascara a defesa de uma determinada estrutura de sociedade, que se alinha diretamente com a forma da sociabilidade capitalista. Além disso, a sociedade contemporânea tem contradições insolúveis dadas as bases nas quais está assentada, isto é, a oposição de interesses de classes entre o capital e o trabalho. O PCE, em sua vinculação com a UNESCO, se apresenta enquanto iniciativa, como verdadeiro instrumento ideológico, cuja finalidade é a de contornar as desigualdades decorrentes das contradições imprescindíveis para a manutenção do capitalismo. No entanto, as perspectivas de suas ações não consideram que a causa da disparidade existente na sociedade capitalista é consequência

direta do próprio movimento e da contradição insolúvel do capital. Reduzem a contradição à ausência de solidariedade entre as pessoas, as quais não são identificadas pelo programa quanto ao seu pertencimento de classe. Apontam, ainda, para a necessidade de construir a boa vontade e o envolvimento abstrato de todos face aos problemas detectados. Envolvimento este que independe da classe social na qual o sujeito está inserido, uma vez que, tanto o trabalhador quanto o burguês podem ter o sentimento de ajuda manifestado.

Gomes (2007) transcreve uma entrevista da coordenadora geral da Área Programática e de Ciências Humanas e Sociais da Unesco Marlova Noletto concedida a apresentadora Ana Maria Braga, onde a mesma explicita que a o PCE está mudando a vida das pessoas. Faz-se necessário compreender no que consiste essa “mudança” para o programa. Preparar para uma nova sociabilidade ou incluir na condição de “cidadãos assalariados”? De acordo com a descrição exposta no site do PCE, os projetos financiados no ano de 2009, apresentam singularidade quanto à proposta de formar os adolescentes e jovens para o mercado de trabalho, e muitas vezes se propõe não só em ensinar uma profissão formal, como também ensinam a confeccionar algum objeto, como roupa ou bijouteria. Evidenciando que o setor informal também pode ser uma via onde estes jovens podem buscar a sobrevivência. Tem-se então, respostas individualizadas, onde fica a cargo do sujeito tentar ter êxito como “cidadão assalariado”, se isso não acontecer, o projeto também prepara para que ele buscar fontes alternativas de renda. Para o PCE, esta oportunidade é uma “mudança” na vida do indivíduo. Saí da discussão de classe, da exploração. Assim não tem-se a mudança da realidade de certa parcela ou classe social. E o que é difundido é que essa mudança individual um dia alcançará a sociedade por completo.

Há no PCE a necessidade de articular projetos que tenham como objetivo a amenização do atual quadro existente em relação à infância e à adolescência. A ideia principal transmitida é a formação de uma consciência solidária, Disto deriva a presença no campo discursivo do PCE da necessária prática da responsabilidade social, alimentada por referências à exigência de uma sociedade mais humanitária, desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável, inclusão social, cultura de paz, comunidade. Conceitos amplamente difundidos de modo a respaldar a afirmação de que é possível tentar erradicar a miséria social sem superar o capitalismo. Este, por sua vez, nem é explicitado enquanto tal, sendo substituído por afirmações mais gerais, como sociedade desigual ou sociedade

injusta, capazes de serem reformadas e se tornarem sociedade menos desigual ou menos injusta.

Um olhar crítico acerca do PCE é imprescindível, ainda, para entender como o capitalismo difunde seus ideais através de instrumentos de mistificação cada vez mais sutis. Um deles remete diretamente ao papel do Estado. O PCE em certo sentido quer ocupar o espaço que seria do Estado burguês, sem que, no entanto, nem o Estado burguês nem o programa explicitem as contradições sociais.

A ênfase na suposta capacidade destes programas em resolver as desigualdades existentes obscurece o papel que o Estado burguês está chamado a desempenhar face às contradições dos interesses de classe dominantes e por ele sustentados e, mesmo o papel que já vem desempenhando com seus programas que se expressam, por exemplo, nós últimos governos federais, sob a forma de “bolsas” aos mais necessitados socialmente. A mensagem transmitida pelo PCE e direcionada ao conjunto da sociedade não traduz o que realmente acontece, pois o poder público contribui significativamente com recursos destinados ao apoio à melhoria de condição de vida das crianças e adolescentes, através de programas sociais. Assim, o caráter ideológico deste programa consiste em obscurecer a primazia do Estado na concretização de políticas públicas, e passar para o voluntariado esta tarefa, induzindo o grande público a acreditar que de alguma maneira irá estabelecer formas de garantir que os direitos básicos sejam ofertados. Mas, à medida em que atende os interesses de manutenção da ordem e criação de laços de solidariedade social entre os indivíduos, a própria esfera estatal se vê na condição de manter-se em silêncio, pois o que importa é, em última instância, manter vivo os interesses do capital.

### **O Mundo da Pseudoconcreticidade**

As representações que fazemos sobre determinado fenômeno/objeto são formuladas sem que o sujeito apreenda todas as faces do objeto. Como o sujeito de vida cotidiana em geral, não tem clareza sobre a realidade, ele age através da intuição. Suas percepções, dadas pela imediaticidade, o “guiam”, uma vez que ele considera apenas o caráter externo do objeto. Tomando como exemplo o PCE, as representações que se fazem deste tipo de iniciativa, é que é partir delas, ou seja, através do solidarismo, haverá a superação da miséria social. No PCE tem-se a sedimentação destas representações, a da

capacidade do programa em sanar as problemáticas sociais, e isto fica claro quando há o envolvimento de grande parte dos indivíduos ajudando de alguma forma o programa. Essa ação pautada nas representações comuns, ou seja no campo da aparência, é fetichizada. Pois, o PCE desconsidera o papel do Estado, que contribui através de políticas sociais para o melhoramento da sociedade e também age como se esses programas de caráter pontual são suficientes para transformar de fato a vida dos sujeitos, mesmo estando dentro da lógica capitalista. Porém, os seres sociais, as individualidades envolvidas com a referida questão não se percebem agindo em sintonia com a aparência do problema, uma vez que, para eles, esta divisão entre aparência e essência nem se apresenta. Por isso, quando ajudam o PCE, não vem o mascaramento das contradições sociais e sim a possibilidade de superar a miséria a partir da ajuda de todos.

### **Desenvolvimento**

O PCE trata de inúmeros problemas relacionados a crianças e adolescentes brasileiros. A perspectiva adotada pelo PCE é a doação por parte dos telespectadores, de dinheiro que servirá para o financiamento de projetos espalhados pelo país. Dentre as poucas análises acadêmicas sobre o PCE encontra-se a de Matos (2008). A referida autora não analisa especificamente o Programa Criança Esperança, mas discute sobre a maneira como a mídia trata do tema “exclusão social”, afirmando em seu trabalho o modo como os meios de comunicação são instrumentalizados para “engendrar valores, comportamentos, visões de mundo, práticas sociais que tentam, enfim, propor aos sujeitos (tele) leitores lentes, formas, através das quais devem/podem olhar para o mundo.” (p.1).

Ainda de acordo com Matos (2008), o modo como as problemáticas sociais são abordadas pela mídia, denotam a defesa de um determinado discurso, fonte de determinadas práticas. A mensagem preponderante na mídia, e, conseqüentemente no PCE, incita a solidariedade entre os sujeitos sociais. É importante destacar que, apesar do PCE tratar de desigualdades sociais, em nenhum momento é discutido a historicidade de determinada situação, avaliando as políticas sociais em curso e os paradoxos existentes. O tratamento dado a esta temática articula uma série de elementos que “permite a institucionalização social de certos sentidos (...) e do silenciamento de outros sentidos”. (MATOS, 2008, p. 3). Enquanto a solidariedade é destacada, a contestação sobre o capitalismo não é considerada em nenhum momento. A autora discorre que a mídia reflete

a sociedade, mas de uma maneira que não condiz essencialmente com o real. Os homens passam a agir conforme as representações que a mídia expõe, caracterizando uma práxis fetichizada. A exclusão social é utilizada como entretenimento. O auge deste espetáculo ocorre quando um dos indivíduos excluídos consegue sair da condição de miserabilidade. As glórias destinadas a esta realização, quando não é vista sob a perspectiva individual, ou seja, o sujeito conseguiu pelo seu esforço próprio, é dedicada a programas como o analisado aqui. É este raciocínio que torna válida essas iniciativas.

Outra autora a se debruçar sobre o problema é Gomes (2007), segundo ela, ao chamar a atenção da sociedade através do apelo emocional, o programa

parece pretender mexer com a capacidade do telespectador em ser generoso, mobilizando mesmo um potencial de culpa judaico-cristã tão forte em nossa cultura. Ser capaz de doar significa 'ter coração aberto', por consequência, não doar é ser mesquinho e insensível à situação das crianças e adolescentes que poderão ser beneficiados” (GOMES, 2007, p. 152).

Esta forma de abordar a questão conduz a uma polarização na qual o PCE divide a realidade entre o bem e o mal. A questão social é desistoricizada, o mesmo ocorrendo com as ações dos indivíduos. Ao ajudar, o sujeito é bom, caso se omita, ele é mau. Gomes (2007) julga que há o esvaziamento da política nesta forma de analisar o problema. Para ela:

Deve-se levar em conta, entretanto, que o valor do 'bom homem', que em alguma medida aproxima-se do 'homem cordial' que demarcaria nossa brasilidade tradicional (na verdade, historicamente imposta), remete a uma perspectiva potencialmente apolítica. Basta ter 'coração' para saber a necessidade de contribuir, não importando a noção sobre a condição social, política e econômica do país” (GOMES, 2007, p. 152).

Segundo a autora a ação do PCE é apolítica. Mas, na verdade, ela não é apolítica, e sim política, quando se considera que o aprisionamento social da consciência no plano da fetichização do social contribui para que aja a manutenção da ordem social capitalista, sem que os indivíduos que compõe esta sociedade compreendam isso, o que demonstra a força que os instrumentos ideológicos tem para manipular a realidade.

Outro ponto do VT que também incita certo distanciamento dos processos históricos está na frase 'Começa com uma ligação. E de repente, a gente está mudando o país'. Esse texto é, ao nosso ver, profundamente relevante para a semiose gerada pelo Criança Esperança. Numa frase em estrutura de gradação – primeiro a ligação, depois a mudança do país – é apresentada a possibilidade de transformar o cenário social brasileiro, a

despeito do CE incluir apenas algumas ONGs brasileiras. Todo um contexto de crise social tem sua complexidade reduzida, incluindo aí a possibilidade de participação do telespectador, para quem basta um telefonema e sua participação no processo está concretizada. (GOMES, 2007, p. 152).

Assim como colocado por Gomes, o PCE traz o problema à tona, mas não resgata o processo sócio-histórico que o produz, bem como a organização coletiva e a ação política dos indivíduos. O reformismo é pregado como capaz de transformar a vida de todos os cidadãos. Para isso, é necessário a ajuda de toda a sociedade. Mas não se fala supressão das desigualdades sociais. É explicitado apenas a necessidade de tirar da precariedade completa aquela parcela da população que se encontra em tal estado, sem discutir as contradições existente entre as classes, e que tipo de movimento seria legítimo para pensar em revolucionar as estrutura da sociedade capitalista. Pretende-se mudar o país, mas não há a discussão da necessidade de romper com a lógica do capital. A mudança incitada é mais subjetiva (do pensamento dos indivíduos, ou seja, atua no campo emocional, com a esfera mais irracional e instáveis do ser). Desconsidera a ação coletiva e crítica, a organização dos sujeitos em classes não é relevado. Este duplo processo operacionaliza com as emoções individuais, cataliza-as sob a forma de comportamento coletivo e despotiliza os instrumentos de ação. E a partir da legitimação deste discurso a sociedade é envolvida na crença de que é possível ajudar os mais necessitados, pela caridade, uma vez que, escapa ao leque de visão uma leitura que compreenda a totalidade da realidade. O que está na superfície é a urgência em ajudar e que tais ações são suficientes para um dia tornar a sociedade satisfatória para todos. O que se tem como meta é melhorar as condições das crianças e adolescentes brasileiros. Entretanto, isto é muito diferente de transformar a vida destes sujeitos. Ao mesmo tempo que o programa remete à idéia de que ele é capaz de tranformar a realidade brasileira, os projetos que recebem a ajuda financeira utilizam em seus discursos conceitos como a melhoria do quadro existente, e não propriamente sua transformação, descaracterizando a necessidade de organização política autônoma por parte de quem contribui e de quem vai ser beneficiado.

É ideológico pensar que a TV ou qualquer outro sistema/esfera pode resolver os problemas sociais do modo como o PCE faz, uma vez que não há a crítica da base material que os produz. O esforço que a Globo, e neste caso específico o Criança Esperança, realiza para se distanciar da política é uma falsa tentativa de afirmar que a ajuda

dos telespectadores não é política, já que esta é vista como prática corrompida. Entretanto, esse movimento que acontece no programa, de cada sujeito doar a quantidade que ele quer, é uma ação política, que passa despercebida por quem se seduz pelo discurso do PCE. Deve-se sempre observar que a ação do PCE é orientada conforme os interesses de uma determinada concepção de mundo, daí ser ela uma ação de dimensão política.

Em síntese, a ação política é substituída pela ação monetária. Um exemplo é a doação ao PCE. Observa-se que não é mais necessário a organização em classes, o pouco que o sujeito doa já é o suficiente para mudar a situação. Tratar o PCE como uma alternativa para a solução dos problemas existentes na realidade brasileira é ideologização.

Os limites do PCE ficam explícitos quando o próprio texto traz algumas informações, como por exemplo, a fala da atriz Patrícia Pillar em um dos VTs retratados por Gomes (2007), onde é dito que o programa já ajudou mais de 3 milhões de crianças e adolescentes em 20 anos de atuação. É preciso pois, comparar esses dados com o número de crianças e adolescentes que são atendidas pelo Estado. Até por que é afirmado que o poder público não tem mais condições, nem interesse em cumprir seu papel social. Tanto que, celebridades, esportistas, coordenadores de algumas ONGs são chamados a participar do programa, mas a presença de políticos inexistente. Reforça-se, assim, a compreensão de que para estruturar qualquer ação que vise ajudar é necessário desvincular-se do Estado, já que afirmam não haver respaldo nenhum desta esfera.

Essa estratégia representa, a nosso ver, um reforço à centralidade da Globo não apenas em relação ao Criança Esperança, mas em todo o contexto de *reação* a crise social que ela afirma várias vezes existir ao longo do período de campanha. O que vai estabelecer – e isso fica mais claro em outros pontos da programação, como o da 'prestação de contas' durante o programa do Faustão – uma relação de disputa com outros sistemas sobre quem pode resolver os problemas sociais do país. Importante deixar claro que não há aqui defesa da participação de políticos no CE. O que nos importa é o sentido produzido a partir tanto do que está presente quanto do que está ausente. (GOMES, 2007, p. 163).

Deste modo, é preciso considerar se realmente apenas a quantia arrecadada com o PCE consegue sanar os problemas postos na sociedade atual, já que esta é uma afirmação feita pelo programa, comparando seus resultados, quando possível, à eficácia das políticas e programas governamentais.

Na análise de Gomes (2007) a preponderância em grau de importância acaba recaindo nas ONGs em vez do Estado. É explicitado pela autora sobre o surgimento das ONGs sem que uma crítica mais sólida seja feita. “Observa-se, modo geral, um enfraquecimento da confiança no poder público e, por consequência, da capacidade do campo político de resolver os diversos problemas sociais do País.” (GOMES, 2007, p. 31).

Ao mesmo tempo, o poder público é descaracterizado como provedor de políticas sociais, e o programa PCE é qualificado como responsável pela “melhoria” nas condições de vida de milhões de crianças e adolescentes. No site do programa Criança Esperança é citada a capacidade deste na redução das desigualdades, atuando mais eficazmente do que o governo. Remetendo a ideia de que a esfera pública não dá conta de atender as demandas, e por isso cabe aos sujeitos tomar para si essa responsabilidade e agir em busca de ajudar aos desfavorecidos, e assim promover a harmonia social.

É fato que as ONGs surgiram para preencher as lacunas deixadas pelo Estado, mas isso não quer dizer que o Estado seja incapaz, e sim, que o ele está submerso em uma estrutura de classe, no qual ele representa, no limite, os interesses dos dominantes. Sendo assim, o Estado atende a interesses dos trabalhadores, mas também (e principalmente) aos dos burgueses.<sup>3</sup>

O discurso de debilidade ou limite do Estado, acaba se tornando discurso de legitimação para a existência de outras formas de ações institucionais. A ascensão do chamado Terceiro Setor, cujo fim é ocupar espaços deixados pelo Estado ou reduzidos pelo mesmo em sua intervenção dominada é uma forma de abafar a luta de classe, uma vez que, a desigualdade não é tida como inerente ao capitalismo, ela “simplesmente” existe. Mesmo com a existência da disparidade entre os indivíduos, eles passam a ser tratados como cidadãos iguais, mesmo que apenas juridicamente a efetivação dos direitos e deveres existam. Na análise de Gomes (2007), as classes desaparecem e com ela toda a crítica ao capital, uma vez que, as desigualdades não são vistas como consequências das contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo, é feita uma crítica de cunho mora pelo PCE.

---

<sup>3</sup>“Em meio a tanto tiroteio (crise política, crise econômica, desapontamento coletivo contra os políticos etc.), o Estado vê-se enfraquecido. Ocorre um reordenamento das regras vigentes, e a responsabilidade até então a cargo do poder público é aos poucos transferida para outras instâncias da sociedade. Junto com essa transferência, muda também a mentalidade da população em geral, que se por um lado descê da política, também começará a valorizar o ativismo social espontâneo, realizado pelos cidadãos comuns, fazendo parte de diversos tipos de organizações. Esse ativismo vem marcado pelo princípio ora de solidariedade e altruísmo, ora de assistencialismo, nos dois casos realizado em geral através de ações voluntárias.” (GOMES, 2007, p. 31).

Em várias passagens do texto, a autora tenta desconstruir a existência das classes sociais: “Não há mais o limite das dicotomias, impera a pluralidade de condições e situações no que tange aos potenciais de sociabilidade – eis a complexidade”. (GOMES, 2007, p. 35), segundo a própria não há mais direita e esquerda, não há mais ideologias definidas. A complexidade que reina dissolve as desigualdades materiais existentes e sustentadas pela ideologia que legitima o capitalismo, por várias verdades, vários tipos de sujeitos e o que é melhor é agir de forma que se estabeleça a harmonia entre essa variedade de sujeitos e situações.

Na medida em que o terceiro setor ocupa lacunas deixadas pelo Estado, ele não o faz apenas através de resultados práticos (por meio de projetos sociais específicos), mas também em um nível mais sofisticado, que é o simbólico. É quando as ONGs, por exemplo, trazem na natureza de seus trabalhos a denúncia sobre a omissão dos governos na resolução de problemas sociais. Nesse âmbito, não raro as ONGs buscam a mídia massiva (...) ou lançam mão de dispositivos próprios de comunicação para concretizar denúncias contra os governos. Scherer-Warren aponta que uma das linhas de ação das ONGs é a construção de um campo simbólico de contestação, resistência e solidariedade cidadã face a problemas sociais. Para isso, atua com o apoio dos grandes meios de comunicação, ainda que sob determinados aspectos eles possam significar risco. (GOMES, 2007, p. 41).

Nesta forma de discussão proposta pela autora fica-se preso, estritamente, ao campo jurídico. E exatamente na medida em que fica presa ao campo jurídico, é que ela coloca à margem a discussão das classes sociais. Esta implica pensar o conflito que ultrapassa as fronteiras e a lógica do jurídico. Ao discorrer que o Terceiro Setor faz papel de mediador entre a sociedade civil e o Estado, e que é através da mídia que articula e expõe as reivindicações para que toda a sociedade fique ciente, o que é enfatizado é a falta de ação do Estado. É possível perceber que o papel da mídia é a de um braço ideológico, uma vez que não coloca em questão o papel que o Estado deveria efetivar com maestria, apenas reitera sua fragilidade. Ao criticar o Estado e falar da ascensão das ONGs, a autora não relaciona estas representações institucionais com as relações sociais de produção. Por isso sua análise é ideológica, uma vez que, falseia a realidade, já que para Marx, não há como desvincular infraestrutura de supraestrutura. Enfim, a autora não compreende o caráter de classe do Estado. Ela não vê o Estado como um aparelho de dominação, ela vê o Estado enquanto uma instância formal (fora da realidade). Por isso ela afirma que o crescimento das ONGs vão ocupar o lugar do Estado.

Mas isso não é possível, já que o Estado faz parte da organização social capitalista, ele não vai deixar de existir, apenas não vai desempenhar ações sociais, já que a sociedade civil se encarregou desta tarefa.

Os projetos financiados pelo PCE são aprovados pela UNESCO, que ocupa um papel igualmente ideológico ampliado por tratar-se de uma instituição de reconhecimento internacional, o que serve para “assegurar” a seriedade da iniciativa. Apesar de serem totalmente diferentes nos encaminhamentos, PCE e UNESCO compartilham do mesmo discurso: promoção da justiça social. É claro o esforço em solidificar uma consciência de que é melhor “harmonizar” a vida social diante de tantas desigualdades.

Ao tratar das inúmeras desigualdades o programa dissolve tais problemáticas em vários temas que serão tratados pelo programa. Em um VT da atriz Glória Pires, que Gomes (2007) reproduz, os temas: Pobreza no semi-árido, a exploração sexual, a mortalidade infantil e a exclusão cultural são apontados como os quatro problemas sociais que mais assolam o país. O programa não analisa estes quatro grandes problemas como inter-relacionados com a miséria social. Ao omitir o termo 'fome' nas matérias sobre desnutrição infantil e mortalidade infantil, e evitar abordar as causas dessas problemáticas sociais, a Globo realiza justamente essa amenização. Ao amenizar as misérias o PCE discursa o seu potencial transformador da realidade, o que é uma falsa leitura, pois o que realmente acontece é apenas uma melhora pontual. Esse movimento abafa as possibilidades de se pensar numa real transformação.

É certo que falta uma análise que articule as diversas problemáticas sociais, o que permitirá demonstrar como estão integradas em um quadro maior e, aos sujeitos envolvidos enquanto objeto de atendimento, compreenderem o que proporciona tal situação, e os limites de tais respostas no interior da totalidade social. O esforço em promover o espírito solidário em detrimento de uma consciência de classe, é realçado na maneira como as falas dos apresentadores, voluntários, doadores e também os beneficiários estão repletas de “nós”. Em Matos (2008) é pontuada a maneira como a mídia trata da exclusão social, forçando a união entre os diferentes atores sociais, “(...) articula-se em torno da identificação de um sujeito coletivo, um ‘nós’ inclusivo, cujos operadores de identificação aparecem em expressões como ‘são brasileiros como nós’...”. (MATOS, 2008, p.7). Dentro desta ótica todos devem ajudar, pois é possível proporcionar condições

dignas para todo o conjunto da sociedade. Além de transportar a responsabilidade de garantia de direitos já contemplados no campo jurídico para a sociedade civil, é um equívoco considerar a possibilidade de que todos os sujeitos possam vir a ter melhorias efetivas em sua qualidade de vida, uma vez que a essência do capitalismo necessita das contradições para sua permanência.

Na proposição de fortalecer os laços de solidariedade entre os indivíduos, ocorre o “enquadramento dos indivíduos, condicionando-os a uma atitude ora de passividade e desmobilização, ora de aceitação da sua situação estrutural e da busca de saídas individuais, não raro permeadas pela fé religiosa.” (MATOS, 2008, p.9). Ou seja, o sujeito alvo da iniciativa, independente das condições materiais postas, não deve contestar, mas sim buscar saídas dentro desta estrutura social.

Essa mensagem do solidarismo abrange todos os sujeitos, independente da posição ocupada nas relações sociais de produção. Isto é visto na grande participação das empresas privadas no cumprimento de medidas solidárias. “Concretamente, na hora de fazer as contas acerca da imagem de uma empresa nos dias de hoje, o que ela faz ou deixa de fazer na área social passa a ter um grande peso. A essas ações, modo geral, dá-se o nome de 'responsabilidade social'”(GOMES, 2007, p. 43). Ao invés dos trabalhadores contestarem a propriedade privada, ao perceberem que as empresas passaram ao agir conforme o estímulo ao solidarismo, e trabalharem objetivando ajudar os excluídos, começaram a ser aceitas como grandes exemplos por toda a sociedade. Não há em nenhum momento um resgate histórico feito por Gomes, do motivo que propiciou as empresas privadas agirem de tal forma. “No caso específico do empresariado, eclodem manifestações de preocupação com a questão social brasileira. O conjunto de ações que pretendem contribuir com a redução e/ou *resolução* dessa situação é chamado, como já dissemos, de resposabilidade social.”(GOMES, 2007, p. 44, grifo nosso).

Gomes (2006), em seu estudo sobre o PCE ressalta o uso de “ídolos” durante a transmissão do evento, o que é feito, também, nos dias que antecedem e naqueles posteriores à emissão. Com isto, busca-se incentivar o comportamento de solidariedade, explorando a imagem dos atores ou cantores como exemplos a ser seguidos.

A autora ainda lembra o destaque que o PCE dá à biografia individual de pessoas que por causa da ajuda do projeto conseguiram sair da condição de miserabilidade. Ganha ênfase maior os casos dos famosos que trilharam esse caminho. Observa-se, ai, a

ideia de que através do esforço pessoal é possível superar as adversidades. Matos (2008) também pontua a “individualização” na superação das condições adversas:

(...) concluímos por ora haver a emergência de um silenciamento das implicações políticas, históricas sobre a exclusão social na medida em que o campo político está, em boa medida, ausente das discussões. Este vazio discursivo é preenchido pelas organizações civis, indivíduos, Igreja Católica, IURD. (...) Reforça, ademais, o bem-estar privado, a saída individual, o que fragiliza o sentido coletivo de mudanças sociais. Não há aí proposta política ou intenção de mudança estrutural da situação de exclusão. (MATOS, 2008, p. 10).

Conforme o raciocínio exposto acima, o modo como o PCE expõe as crianças e adolescentes marginalizados, sempre traz a noção de que apesar de todos os percalços, essas crianças e adolescentes ainda tem esperança, bravura em lutar por algo melhor. Entretanto, as crianças e adolescentes que serão atendidas pelas ONGs financiadas com o dinheiro do PCE passam por uma espécie de triagem, ou seja, aqueles que são denominados menores infratores não tem nenhuma ação específica que possa a vir retirá-los desta situação. A sensibilização é recorrente no programa, de acordo com Gomes (2006). Ao transmitir as notícias sobre a infância, adolescência, exclusão social e educação, a mídia age na tentativa de imbuir nos telespectadores a necessidade destes agirem embasados em uma prática cidadã.

Portanto, como direcionar ações para aqueles que por não terem “vontade suficiente” acabam caindo na marginalidade e se envolvem em crimes, sendo que um dos grandes objetivos é a harmonia social e a cultura de paz. Ou seja, a imparcialidade pregada tanto pelo programa como pela emissora pode ser contestada pelo fato deles selecionarem que tipo de criança e adolescente serão atendidos pelas ONGs. Porém, a marginalização de crianças e adolescentes é crescente no país, necessitando de inúmeras iniciativas que possam ajudar estes sujeitos. Mas, como fazer uso de um discurso moral, de bons e maus, e ajudar aqueles sujeitos que roubam, assassinam? Como as bases materiais não são contestadas, a única explicação para estes atos é a crença na falta de força de vontade em mudar de vida. Aspecto que é bem enfatizado pelo PCE: a força de vontade é fundamental para que as crianças e adolescentes possam ter uma vida melhor, as condições materiais que eles são expostos durante sua existência é apontada em alguns momentos.

Ao expor seus trabalhos, as ONGs defendem que fazem uma análise da problemática em nível macro, porém a resolução recai no nível pessoal, individual. Ou

seja, não saem do plano imediato ou a análise que fazem considerando a historicidade do problema não tem as mediações, ligações com outros problemas existentes na realidade. Deste modo, como já foi dito logo acima, é pontuado que existem desigualdades e problemas sociais que precisam ser resolvidos, mas não são vistos como consequência das contradições impostas pelo capitalismo além de que a resolução é colocada para que o indivíduo sozinho, com sua força de vontade para que possa sair desta condição. Este raciocínio do programa é justificado por não abarcar a complexidade que envolve as desigualdades sociais.

A preocupação aqui é como especificamente o sistema midiático televisivo vai realizar esse processo de tematização do social, estabelecendo um elo de ligação com os demais sistemas sociais ao acenar com bandeiras direta ou indiretamente relacionadas ao conceito de cidadania: infância, educação, terceiro setor, filantropia empresarial, voluntariado e assuntos conexos. (...) A TV, pois, institui uma representação sobre o real de modo singular. Singularidade está marcada não apenas pelos recursos de conteúdo com os quais trabalha, mas acima de tudo pelos modos como essa realidade é construída. (GOMES, 2006. p. 2).

A responsabilidade das desigualdades sociais é então posta para todos os indivíduos.

(...) historicamente tem sido uma marca da Globo o cumprimento de um papel de 'socializadora antecipada', ofertando aos brasileiros modelos de vida. A Globo, ao tematizar o social através dessas inserções oferta ao telespectador um capital simbólico que é o do 'bom cidadão', aquele capaz de cuidar da sua saúde, agir solidariamente, respeitar pessoas portadoras de necessidades especiais, preservar o meio ambiente, entre vários outros". (GOMES, 2007, p. 108).

É buscado construir uma forma específica de ser social, referencial a sociabilidade burguesa.

O que é transmitido pelo programa é que suas ações melhoram efetivamente a vida de crianças e adolescentes pelo país. Contudo Gomes (2007) transcreve uma reportagem feita com uma das ONGs selecionadas pela Unesco, chamada IPRED, que demonstra os limites de suas ações. O IPRED é responsável por atender crianças e adolescentes com desnutrição no nordeste brasileiro. A verba destinada a esta ONG irá garantir o atendimento por seis meses. Destaco que o discurso do PCE propõe a resolução dos problemas sociais, a própria funcionária do IPRED coloca que a ONG ajuda as crianças e suas famílias a mudar de vida. Mas, como é possível efetivar a resolução dos

problemas daquele público em apenas seis meses? O que significa mudar de vida para a ONG e para o PCE? E depois o que o IPRED faz? Vê-se então, a mistificação da realidade.

Os problemas colocados pelo PCE seguem o esquema da enunciação, ou seja, há a apresentação dos problemas mas não a demonstração das raízes e as ligações com outros fatos, essenciais para seu real entendimento. Gomes (2007) discorre:

Isso se mostra, por exemplo, na abordagem que a temática desnutrição ganha ao longo da reportagem. Embora seja dito no início que este é o foco da instituição, o tratamento dado ao tema é superficial, focado na atuação de uma única ONG. Nada é dito ou questionado a respeito das causas que provocam um grande contingente de crianças desnutridas no Ceará e/ou Brasil. No contexto do discurso telejornalístico, o tema 'surge' e é dado como fato. Esse tratamento, em verdade, não diz respeito a apenas as matérias que abordam entidades auxiliadas pelo Criança Esperança, mas se configura numa marca do jornalismo na TV, que quase sempre opta pela abordagem menos aprofundada e, muitas vezes, mais espetacularizada. (p. 188).

Enfim, podemos perceber no discurso do PCE que o modo de produção no qual a sociedade brasileira está assentada não é citado em momento algum. A divisão da sociedade em classes é ocultada através da organização dos sujeitos em associações, ONGs e movimentos sociais. O capital, através de seus mecanismos ideológicos, tenta desvencilhar a transformação social da superação da sua lógica interna, transmitindo aos indivíduos que a busca por melhorias dentro do capitalismo é a única opção que lhes trará benesses. “(...) os personagens vivem uma história de conflito embasada na dualidade moralista do bem e do mal e têm a sua situação resolvida graças a um encanto de nível extraordinário, a fada madrinha” (GOMES, 2007, p. 189). A fada madrinha no caso é o próprio Criança Esperança. A ação, segundo o discurso é totalmente despolitizada. Ao mesmo tempo em que a solidariedade tem papel de destaque no discurso do PCE, é também pontuado a necessidade de empenho do próprio indivíduo para sair da pobreza, direcionando ao sujeito a culpa por sua situação.

Diante disso, o que se observa é um conjunto de operações discursivas que transferem temáticas sociais para um universo distante de uma possibilidade de reflexão aprofundada por parte do telespectador. A mobilização do afeto já citada é uma das poderosas operações desse tipo. Ela trabalha não apenas com a possibilidade de sensibilização solidária do indivíduo, como também com seu potencial de culpa, uma forte marca da civilização judaico-cristã. (...) a televisão investe na emoção como elemento mobilizador, fundamentando-se nos desejos, nos temores, nas

ambições, nas culpas dos sujeitos. Não por acaso imagens sucessivas de crianças em situação de vulnerabilidade social são exibidas nas enunciações dos telejornais. (GOMES, 2007, p. 189).

Esta é a politização proposta através da análise maniqueísta, onde a dicotomização da realidade é fator determinante para embasar as ações da sociedade. O espetáculo através da miséria auxilia este fator a se fortalecer, pois sensibiliza os telespectadores. É percebido no texto de Gomes (2007), quando ela reproduz a fala da diretora da ONG IPRED, que o apelo ao emocional visando a mobilização dos indivíduos, é diferente da mobilização vista de uma perspectiva crítica (marxista), para o PCE os indivíduos são atomizados, ou seja, suas ações são isoladas, e ajudar é contribuir com o programa. Enquanto que para os críticos “fazer a sua parte” é a organização de classe para lutar visando a transformação efetiva da sociedade.

O trabalho das ONGs sempre é enaltecido como algo positivo e necessário à sociedade. São essas entidades que resolvem problemas sociais que, como é lembrado em outros pontos da programação, o poder público não dá conta. No contexto de uma macro-história sem passado – visto que as origens dos problemas sociais tematizados nunca são tratadas, as ONGs são apresentadas como um braço fundamental da sociedade, efetivamente capazes de mobilizar as pessoas em torno de ações solidárias”. (GOMES, 2007, p. 191).

Esse discurso além de mascarar, naturaliza a realidade social, ao retirar a realidade do processo histórico efetivo. Ideologiza a vida social, uma vez que, despreza o que já foi feito ou está sendo feito pelo poder público, efim, a história do país é apagada.

### **Bibliografia Provisória:**

BOURDIEU, Pierre, **Sobre a Televisão**, R.J., Jorge Zahar, Editores, 2003.

BOURDIEU, Pierre, **Contrafogos I**, R.J., Jorge Zahar Editores, 2001.

BOURDIEU, Pierre, **Contrafogos II**, R.J., Jorge Zahar Editores, 2002.

**CRIANÇA ESPERANÇA**. Disponível em <<http://criancaesperanca.globo.com/>>. Acesso em 04 ago. 2009.

GOMES, Ana Ângela Faria. **A tematização do social através do “Criança Esperança”**. Revista *UNIrevista, RioGrande doSul, Vol. 1, n. 3, p. 1-7, jun.2006 – ISSN: 1809-4651*. Disponível em: [http://www.unirevista.unisinos.br/\\_pdf/UNIrev\\_Farias](http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Farias). Acesso em 05 set. 2009.

GOMES, Ana Ângela Faria. **A Mídiação do Social: Globo e Criança Esperança tematizando a realidade brasileira**. (Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos). São Leopoldo. 2007.

LENARDÃO, Elcio e SANTOS, Ariovaldo de O. **Ideologia Neoliberal e Educação: um par possível para a emancipação social?** Revista *HISTEDBR On-line, Campinas, n. Especial, p.26-38, mai.2009 - ISSN: 1676-2584*. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/> Acesso em 02 jun. 2009.

LIMA FILHO, Domingos L. Contribuição para análise de Reformas Educacionais: teoria e ideologia sob a hegemonia do estado neoliberal. In: BATISTA, Roberto Leme e TUMOLO, Paulo Sergio. **Trabalho, Economia e Educação: Perspectivas do Capitalismo Global**. Maringá: Editora Práxis, 2008.

MARX, K e ENGELS, F., **A Ideologia Alemã**, S.P., Boitempo Editorial, 2006.

MARX, K e ENGELS, F., **O Manifesto Comunista**. R.J., Paz e Terra, 1998.

MATOS, Rita de Cássia Aragão. **A miséria da imagem: estudo sobre a representação da exclusão social em três programas de TV**. Disponível em: [http://www.cult.ufba.br/biblioteca\\_enecult\\_2008.html](http://www.cult.ufba.br/biblioteca_enecult_2008.html). Acesso em 05 set. 2009.

NETTO, José Paulo, Para a Crítica da Vida Cotidiana. In: NETTO, José Paulo e CARVALHO, M. C. Brant, **Conhecimento e Crítica**, S.P., Cortez, 1987.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Conceito de Sociedade Civil**. PUC - Rio. Certificação Digital nº 0310315/CA. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/>. Acesso em 10 set. 2009.

SANTOS, Ariovaldo de O, Antigos e novos campos da Ideologia do Capital na Educação do Trabalhador. In: ALVES, Giovanni; BATISTA, Roberto Leme; GONZÁLEZ, Jorge L. C. (orgs). **Trabalho e Educação: Contradições do Capitalismo Global**. Editora Praxis, 2006.